



O TUIUTI



INFORMATIVO

*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1964. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Maio

Nº 480

COMO TUDO COMEÇOU NO EXÉRCITO

Gustavo Barroso

A primeira tropa mais ou menos regular que teve o Brasil, vinda de Portugal, foi composta pelos 600 voluntários desembarcados com o governador-geral Tomé de Sousa, na Bahia, em 1549. Sobre sua organização, bem como sobre a dos soldados que combateram os franceses no Rio de Janeiro às ordens dos Sás¹, ao certo nada se sabe. Assim, no século XVI, da divisão do Brasil em capitanias até as invasões estrangeiras, não se conhecem documentos seguros de nossa vida militar. Os homens desse tempo, como os bandeirantes a que aludia D. Luís de Céspedes², alçavam bandeiras e nomeavam eles próprios os seus capitães sem levar em conta ordenanças reais.

¹ Refere-se o autor a Estácio e Mem de Sá.

² Luis de Céspedes García Xería foi um militar e administrador colonial da Coroa de Castela. Foi governador do Paraguai de 1631 a 1633.

No século XVII, a situação é outra. Torna-se maior o interesse da metrópole pelo país, pois a ambição de outras nações colonizadoras faz com que se pense mais na defesa do Brasil. Travam-se grandes lutas. As forças que nelas tomam parte são formadas no nosso próprio território, de acordo com os preceitos militares da época. Aparecem os terços de brancos, de pretos, de pardos e de índios.

O terço era a unidade tática que sucedera, no ocidente europeu, à variável e confusa *hoste* ou *mesnada*³ medieval, como essa fora sucessora da formidável *legião* romana, por sua vez herdeira da falange greco-macedônica.

O terço tinha dez companhias de cem homens cada uma, comandadas por capitães, que, em parada, como os das companhias atuais, iam, em fileira, à frente, seguidos de dez pagens levando sobre almofadas de veludo seus capacetes emplumados. Formação militar eminentemente peninsular criada pelo grande capitão espanhol Gonçalo de Córdova.

Governava o terço um mestre de campo, auxiliado por um sargento-mor e por um ajudante. As primeiras companhias eram armadas de chuços e chilfarotes⁴; seus oficiais inferiores tinham espadas. As últimas carregavam mosquetes e seus sargentos e cabos, piques ou alabardas. Todos os oficiais subalternos e superiores traziam bastões de comando.

Em 1629, quando Matias de Albuquerque chegou ao Recife, encontrou para defender a capital ameaçada pelos holandeses somente 130 homens. Imagine-se, pois, o valor dos chefes dessa época que escreveram a epopéia da guerra holandesa coroada pelas esplêndidas vitórias das Tabocas e dos Guararapes. Nelas muito se distinguiram as célebres “companhias de assalto”. Como nessa campanha Henrique Dias se tivesse coberto de glória à frente de seu terço de pretos, durante mais ou menos dois séculos, existiu no Exército do Brasil uma formosa tradição: terços e, depois, regimentos, em Pernambuco, na Bahia, no Rio, em Minas, de caçadores a pé das milícias, com fardas brancas paramentadas de vermelho, compostos unicamente de negros e intitulados henriques ou caçadores-henriques.

Essa tradição infelizmente desapareceu. Após a guerra holandesa, o governador Brito Freire, restaurando a capitania de Pernambuco, deu-lhe uma de nossas mais antigas organizações militares. Determinou que cada comarca fornecesse um terço de soldados locais, dando cada freguesia uma companhia e sendo seus capitães e mestres de campo os homens de melhor posição entre os habitantes.

Desta sorte, preparou uma espécie de reserva territorial de 6.500 infantes e 800 cavalos. Devemos fazer notar que tais organizações eram, em verdade, mais teóricas do que práticas, não correspondendo seus efetivos e formações irregulares, sob o comando de oficiais, que se armavam e fardavam à sua custa, ao que a lei preceituava. Entretanto, elas às vezes se mobilizavam em grande número e tão rapidamente quanto era possível no seu tempo. Haja vista a rapidez com que o governador de Minas acorreu com um pequeno exército miliciano em defesa do Rio de Janeiro atacado pelos franceses, não chegando infelizmente em ocasião de salvar a nossa capital, graças à covardia de quem a governava (sic).

A tradição desses fazendeiros militares, dessa grande reserva territorial veio até nossos dias com a Guarda Nacional, cujos serviços na campanha do Paraguai a cobriram de glória.

Durante o século XVII, a organização militar mais interessante é a pernambucana, porque aquela região saía de terrível luta. Após Brito Freire, em 1663, em plena paz, o conde de Óbidos reformou o que ele fizera, reduzindo toda a tropa a dois únicos terços completos. Mais tarde, o governador Henrique Luís Freire criou o regimento de dragões auxiliares a pé, dividido em dois batalhões de dez companhias cada um, com 1.200 baionetas, tambores e oficiais, repartido pelos distritos de Olinda, Recife, Beberibe, Cabo e Igaraçu. Havia mais, então, dois regimentos de cavalaria ligeira de ordenanças, um com 600 cavalos nos distritos de Itamaracá e Goiana, outro com 500, nos de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém.

Em Olinda e Recife, estacionavam dois regimentos de infantaria paga, tropa ativa, não territorial como as outras, cada qual com dez companhias, sendo uma delas de granadeiros; e mais 150 soldados de artilharia. Cada companhia tinha o seguinte efetivo: 44 soldados, quatro cabos, dois sargentos, um alferes,

³ Tropa de mercenários; conjunto de mesnadeiros.

⁴ Espada de lâmina curta (foi usada pelos revolucionários farroupilhas no RS).

um tenente, um capitão e um tambor; e as de granadeiros eram maiores: 55 soldados, os mesmos inferiores e superiores, e, além do tambor, um pífano ou pífaro. Conservava-se religiosamente o terço preto de Henrique Dias, por patente do Conde da Torre, de 4 de setembro de 1639, nomeado primeiro governador e cabo dos negros e mulatos do Brasil. Completava essa organização militar uma força de 13 companhias de ordenanças (cavalaria) e quatro terços de infantaria, distribuídos por freguesias e comarcas.

Nos meados no século XVII, toda essa tropa era regularmente fardada e armada. Com a mesma formação de reserva territorial, havia no Ceará e Rio Grande do Norte dois terços de infantaria e um regimento de ordenanças, cuja eficiência deixava muito a desejar. Além disso, duas companhias de guarnição dos fortes, chamadas “companhias fixas” ou “pés de castelo”.

Nas demais capitanias, mais ou menos idêntica organização. No começo do século XVIII, de 1718 a 1720, assume a de Minas Gerais maior importância devido às minas de ouro e diamantes. O governo metropolitano manda ali, para guarnição e policiamento, as duas famosas companhias dos Dragões Reais das Minas, aquartelados em Cachoeira do Campo.

Nessa época, a maior força armada do Brasil estava na Bahia: oito regimentos de ordenanças, suprimidos em 1739, quando se criaram para substituí-los quatro terços auxiliares nas suas quatro vilas mais populosas. Além de haverem tomado parte na guerra holandesa, as tropas baianas foram mandadas, em grande parte, para a restauração de Mombça e fizeram, depois, a campanha da Colônia do Sacramento. Então, já a maioria da soldadesca e oficialidade das forças auxiliares e mais dum terço dos efetivos das de linha se compõem de brasileiros natos.

A guarnição da Bahia contava ainda um batalhão de artilharia com seis companhias, comandado por um tenente-general, tendo como oficiais um condestável⁵, um sargento-mor, um ajudante, seis capitães e tenentes; e dois regimentos de infantaria com o total de 1.500 homens. O regimento de tipo francês é a unidade tática vencedora na tropa de linha. O terço ficara somente para a reserva. Havia quatro terços auxiliares: o da cidade, o da Torre, o de Pirajá e o de Itaparica. O da cidade, maior do que os outros: 12 companhias. Mais um agregado ou terço de ordenanças, com 23 companhias formados pelos estudantes, letrados, moedeiros, gente de justiça e de negócios, calafates, familiares e empregados das arrecadações. Um total de 1.742 homens.

Em Itaparica uma companhia de ordenanças. Enfim, o terço tradicional dos henriques e as companhias de infantaria ou ordenanças de cada vila. A capitania de S. Paulo estava dividida em duas jurisdições militares: S. Paulo e vilas do Norte, Curitiba e vilas do Sul. As guarnições do litoral denominavam-se tropas de Marinha. No interior, havia dragões a pé e a cavalo, bem como cavalaria auxiliar. Os dragões, criados pelo rei Gustavo Adolfo e pelo Marechal de Brissac⁶, adotando uma designação que vinha dos dragonários romanos, sempre foram infantaria montada.

Napoleão ainda teve regimentos de dragões a pé. Documentos do Arquivo Público de Belo Horizonte dizem que a 1ª Cia dos Dragões Reais das Minas usava farda azul com véstia, canhões e forros amarelos e a 2ª com eles vermelhos. Os topos dos chapéus de três bicos, tricórnios, em geral não traziam as cores nacionais e sim as do regimento. O tope português da época era azul e vermelho. As cores azul e branca, privativas da casa de Bragança, só no século XIX se tornaram nacionais. Em 1765, o capitão-general Sousa Botelho mandou pintar os figurinos das tropas paulistas.

Segundo as ilustrações dum manuscrito existente no Arquivo Nacional, em 1767, os oficiais usavam um gorjal⁷ dourado sob a gola, derradeira reminiscência da couraça do antigo nobre. Toda a cavalaria calça botas de canhão. Toda a oficialidade usa bastão e tricórnio. A farda dos tambores é geralmente da cor da gola ou do canhão do regimento, uso geral na Europa, que durou até os pomposos regimentos da guarda imperial de Napoleão III. Conservavam-se as bandas carmins dos oficiais do século XVII e as faixas

⁵ Designação que mudou ao longo do tempo: (1) o primeiro dignitário do Reino, chefe do exército; (2) antigo intendente das cavaliarias reais e título do infante que nas grandes solenidades se colocava à direita do trono real; (3) escudeiro-mor; (4) chefe de artilheiros; (5) segunda personagem da hierarquia militar nacional, depois do Rei de Portugal e tinha como responsabilidade comandar uma campanha militar.

⁶ Trata-se de Charles de Cossé (1505-1563), militar francês.

⁷ Na armadura, peça de proteção que cobre o pescoço.

brancas dos coronéis e mestres de campo antigos. Ainda os sargentos carregavam terçado, chuça, lança curta, pique ou alabarda, tradição que levou séculos a morrer. Em Portugal e no Brasil, sobretudo.

Os inferiores da célebre Legião Portuguesa de Napoleão tiveram alabardas de prata. Os sargentos brasileiros trouxeram a lança curta até o Segundo Reinado. Aí por 1763, haviam vindo para o Brasil, a fim de combater os castelhanos do Sul, os regimentos lusitanos de Moura, de Estremoz e de Bragança.

Ao transferir a sede do vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, nesse tempo, o conde da Cunha organizou a 1ª Cia de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis, da qual se originou o nosso velho e tradicional 1º Regimento de Cavalaria (Dragões da Independência).

O conde de Azambuja, sucessor do conde da Cunha, organizou a 2ª Cia. As duas companhias de Dragões da Guarda dos Vice-Reis usavam o capacete característico de todos os dragões contemporâneos, criado para os de Luís XIV e que da França se espalhou pelo mundo. Cimeira e cauda lembrando as dos cascos dos legionários romanos e catafratários⁸ gregos. Em derredor, uma cinta de pano, espécie de turbante ou mundaçó; ou então uma pele mosqueada que veio até os dragões de Napoleão e Luís Filipe. Entre nós, costumava ser de onça. Botas de canhão, semelhantes às dos jóqueis e cocheiros atuais, muito próprias da elegância militar e civil até o começo do século passado.

As necessidades decorrentes das guerras sulinas e os poderes mais latos conferidos aos vice-reis permitem que se vá tornando mais importante a organização militar do Brasil colonial. O conde da Cunha reorganizou os três regimentos da guarnição do Rio de Janeiro: o 1º de infantaria, o Regimento Velho, azul com enfeites e metais brancos; o 2º, o Regimento Novo, azul com enfeites e metais amarelos; e o de artilharia, com canhões e golas pretos.

A cor preta tornou-se tão tradicional na arma que ainda hoje são pretos os penachos de gala da artilharia. Os botões e metais brancos duraram no Exército até D. João VI, quando passaram para as milícias, excetuados os henriques, cujo uniforme branco exigia botões amarelos. Nos nossos dias, são usados pelos oficiais de reserva.

Na capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul existiam as seguintes forças: companhias avulsas de infantaria e artilharia, regimento de dragões, criado em 1737, cavalaria auxiliar, cavalaria ligeira de Viamão, regimentos da praça da Colônia e da ilha de Santa Catarina.

No século XVIII, o tipo geral dos uniformes para oficiais é o seguinte: tricórnio agalado, com laço e presilha à esquerda; casaca com forros e canhões das cores regimentais; ao princípio, canhões amplos cheios de carcelas e botões, depois menores até se tornarem da largura das mangas; camisas com bofes e punhos de rendas, que somente desapareceram no começo do século XIX, menos em França, onde logo a Revolução os matou nos seus exércitos de sans-culottes; bandas da cor dos forros, enchendo a frente das casacas do pescoço à cintura; abas longas e bem abertas, que, com o tempo, a pouco e pouco foram se fechando.

A véstia – antepassado do colete – tinha os mesmos galões que a casaca e sobre ela se abotoava o talim. Os calções, com botões, galão e fivela logo abaixo do joelho, aberto na frente, em alçapão, foi, mais tarde, substituído pela pantalone de presilha e, afinal, pela calça comum. Quando o militar estava de botas as meias cobriam os joelhos. Sapatos e polainas curtos, característicos das tropas portuguesas e brasileiras, pois as alemãs, inglesas, espanholas e francesas sempre os usaram altos, muitas vezes as polainas até o meio das coxas. Gravata, em geral, negra, com o gorjal dourado por baixo. Cabelos empoados, rabicho e laço, o que ainda trazia a Guarda Imperial de Napoleão I em grande uniforme. Faixa carmim, boldrié ou talabarte de veludo agalado, bastão de castão de ouro lavrado para os coronéis, de ouro simples para os tenentes-coronéis, de prata lavrada para os sargentos-mores (majores), de prata singela para os capitães, de marfim para os tenentes e alferes. Os soldados tinham mais ou menos o mesmo uniforme, mas com cadarços de lã branca ou amarela em lugar de galões de prata e ouro. Correame encruzado: à direita, patrona; à esquerda, sabre, terçado ou chifarote e baioneta triangular para os granadeiros, baioneta unicamente para os fuzileiros. As mochilas, simples, aparecem ao apagar das luzes do século XVIII.

⁸ Catafrata era um tipo de armadura usada desde os gregos.

De 1769 a 1779, o vice-rei Marquês do Lavradio⁹ reorganizou os quatro terços do Rio de Janeiro, a cavalaria auxiliar e o esquadrão da Guarda dos Vice-Reis com suas duas companhias. Em 1776, todas as tropas do Rio estavam nas fronteiras do Sul, menos a 1ª Cia do citado esquadrão, o 2º regimento de infantaria e o de artilharia.

Vindo da metrópole, chegava à capital do Brasil o 1º regimento de infantaria do Porto. Da Bahia, vinham o 1º e o 2º de infantaria dali. Achavam-se prontos para qualquer serviço quatro terços auxiliares, do 1º dos quais era mestre de campo o próprio vice-rei, o que se tornou tradicional.

Em Minas, estavam em pé de guerra seis regimentos de cavalaria, sendo mestre de campo do 1º o capitão-general governador, vários terços e 40 companhias de pretos e pardos. Todas as tropas do Sul entravam em campanha.

Havia em S. Paulo, preparadas, a infantaria local e a legião de Voluntários Reais. Levas de recrutas açorianos preenchiam os claros dos regimentos portugueses. Organizavam-se para a luta os célebres “aventureiros paulistas”. As ordenanças eram, entretanto, irregulares e muito mal armadas. Os figurinos de Rangel, datados de 1786, e uma rica série de outros copiados em Portugal e oferecidos ao Museu Histórico pelo ministro Figueira de Melo documentam o fardamento dessa época. Entre os primeiros, está o uniforme do regimento luso de Extremoz, levado para o Pará em 1802 e lá dissolvido após a independência. Dos segundos se nota em várias tropas um barrete original meio mitra e meio capacete, comum às antigas infantarias prussianas e moscovitas, que veio até nossos dias nos regimentos Alexander da Guarda Real da Prússia e no regimento Preobajenski da Guarda Imperial do czar.

Variada fantasia de cores e de ornatos cobre, então, os uniformes dos terços auxiliares, 2ª linha do tempo. O chapéu do 1º da Candelária era forrado de plumas; suas carcelas bordadas em forma de S lembravam as dos Dritter Dragoner prussianos e dos generais de brigada russos em 1812; as casacas azuis traziam ramagens de prata. O 2º, de Santa Rita, tinha coletão cor de couro e franjas nas casas e carcelas, como os granadeiros de Frederico o Grande. O 3º, de S. José, ostentava carcelas douradas. O 4º, dos Pardos, casaca azul-clara e calção gema de ovo. O dos Pretos-Forros, Henriques, casacas verdes, cor de periquito.

Fora da cidade, havia mais os terços de Tapacurá, S. Gonçalo e Marapiá, com pequenas diferenças nas suas fardas; o de Irajá, debruado de azul; os da Ilha Grande, de Parati, de Inhomirim, de Magé, de Macacu e de Campos, com coletes sanguíneos. As ordenanças formavam uma como 3ª linha, nelas se acoutando os que fugiam ao recrutamento dos terços. Tinham perdido a significação militar dos séculos anteriores e possuíam mais oficiais vistosos e inúteis do que soldados disciplinados e capazes.

Nas capitânicas, inúmeros regimentos locais de linha e terços auxiliares: em S. Paulo, por exemplo: 1º corpo de Dragões de S. Paulo e Vilas dos Sul; 2º de cavalaria ligeira de Guaratinguetá e Vilas do Norte; 1º de infantaria de Serra Acima e Vilas do Sul; 2º de Guaratinguetá e Vilas do Norte; corpos de infantaria de Santos e Curitiba.

Em 1779, há três regimentos de infantaria no Rio de Janeiro, cada qual com a formação tática da época: uma companhia de granadeiros, uma de caçadores, correspondendo à de volteadores (voltigeurs) nos regimentos franceses, e oito fuzileiros, sendo a 1ª chamada do coronel, a 2ª do tenente-coronel e a 3ª do major. Velha tradição portuguesa, idêntica àquela que fazia, no antigo exército francês, ser o 1º regimento de qualquer arma do rei, o 2º da rainha, o 3º do delfim, o 4º do coronel-general, se de cavalaria, do mestre-de campo general, se de artilharia, do marechal, se de infantaria.

O regimento de artilharia do Rio tinha uma companhia de bombeiros, uma de mineiros e uma de artífices, sendo as sete restantes iguais às de infantaria. Com os efetivos dos dois regimentos de infantaria do Rio reunidos aos de Moura e Bragança formaram-se três regimentos: 1º, ora chamado de Bragança, ora chamado o Velho; 2º, chamado o Novo; e 3º, chamado de Moura.

Os terços auxiliares foram transformados em regimentos de milícias, numerados pelas antigas freguesias e organizados com as mesmas companhias que os de linha. O corpo de ordenanças, comandado

⁹ Trata-se de Dom António de Almeida Soares Portugal (1699–1760), o 4º com esse título. Foi Vice-rei do Brasil.

por um capitão-mor, tinha 15 companhias espalhadas pelas freguesias dos arredores. Suprimiram-se os dragões do Rio Grande do Sul e os regimentos da Praça da Colônia e da ilha de Santa Catarina.

Guardam-se as tradições das cores regimentais. O 1º regimento de infantaria da Bahia mantém o branco que lhe foi dado quando criaram o terço, desde 1642, até ser transformado em regimento, por ordem régia de D. João V, em 1750. O 2º tinha o amarelo e seus oficiais se cobriam com um chapéu redondo, emplumado, de gosto inglês. A artilharia conservava a cor preta de sua tradição em todo o Brasil. E os oficiais pacholas carregavam ramalhetes de flores na lapela. O 1º regimento de milícias da Bahia fora criado pelo general Manuel da Cunha Meneses e se denominava – de Úteis. Compunha-se de gente do alto comércio e seus comandantes eram sempre os governadores. Trazia uniforme vermelho paramentado de branco.

Mais ainda: dois terços de ordenanças: o do Norte, fardado de azul, sem gola e com metais prateados; o do Sul, com a mesma farda e metais dourados. Afinal, um corpo de cavalaria auxiliar, dissolvido em 1800 por ter quatro soldados e 40 oficiais!

[illegible]

OS ANTECEDENTES DA GRANDE GUERRA DE 1914/18

Compilado por Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

“[Haverá uma] guerra racial, uma guerra do eslavismo contra o germanismo... com os anglo-saxões com quem estamos relacionados por ancestralidade comum, religião e construção de civilização... A luta racial não pode ser evitada. Pode não acontecer agora, mas provavelmente acontecerá em um ou dois anos.” **Guilherme II, kaiser alemão, 1912**

Em 04 de setembro de 1914 foi assinado o Pacto de Londres entre Inglaterra, França e Rússia. Entre outros dispositivos, estas três potências se comprometiam a “não aceitar a paz separadamente durante a atual guerra”, ou seja, um pacto de não agressão entre elas.

67 dias antes o Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, e sua esposa Sofia foram assassinados em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina. Começava a Grande Guerra, depois denominada Primeira Guerra Mundial.

O que aconteceu de relevante antes disto? Muitas coisas...

A Europa era dominada por grupos e sociedades secretas, das quais se destacavam a Franco-Maçonaria, os Templários, os Rosacruzes, o Priorado de Sião, os Iluminatti, o Grande Oriente Maçom, os Cavaleiros do Círculo de Ouro, os Carbonários e a Tugendbund, entre outros menores. Os agentes destes grupos eram muitos, mas se destacaram, mesmo que indiretamente, Adam Weishaupt, Giuseppe Mazzini, Karl Marx, os Rothschild, Lord Henry Palmerston, Clinton Roosevelt, Napoleão III, os Habsburgos, os Bourbons, Frederico Guilherme IV, Giuseppe Garibaldi, Otto von Bismarck, Albert Pike, Charles Darwin, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Benjamin Disraeli, Thomas Jefferson, Cecil Rhodes, Gavrilo Prinzip e muitos outros.

Adam Weishaupt (1748-1830), foi um professor universitário, fundador dos Iluminatti, com o nome de “Ordem dos Perfeitos”. Iniciado na Maçonaria, era seguidor de Hiram Abiff e de Jacques de Molay. Adotando a cartilha templária, era anarquista e antirreligioso, e defendia uma iluminação racional acima da fé. Foi impulsionador oculto da Revolução Francesa e criou a Ordem da Aurora Dourada para, juntamente com os Rothschild, planejar a “revolução mundial”.

Giuseppe Mazzini (1805-1872) era franco-maçom, fundador da “Jovem Itália”, anarquista, nihilista, precursor da “revolução templária” na Europa e agitador político. Era muito ligado a Giuseppe Garibaldi. Os jovens adeptos de Mazzini assaltavam bancos, furtavam, incendiavam lojas, sequestravam pessoas para pedir resgate, eram terroristas e subversivos. Foram treinados pela maçonaria e pelos praticantes do Rito Escocês Templário. O lema era “Mazzini autorizza furti, incendi e attentati”.

As iniciais deste lema formaram a sigla MAFIA, organização que ainda existe no mundo inteiro. Em 1869, a franco-maçonaria inglesa passou a fornecer ópio chinês à máfia maçônica de Mazzini e lhe ofereceu refúgio na Sicília, que passou a ser a sua sede.

Não é verdade, portanto, que a máfia nasceu na Sicília. Ela já existia.

Karl Marx era, na verdade, Levi Mordechai, judeu prussiano/alemão, maçom do 32º grau do Grande Oriente. Era filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista, e revolucionário socialista alemão. Dizendo-se ateu e templário, em 1847 Marx se utilizou de escritos de Weishaupt, Clinton Roosevelt e de um rascunho feito por Friedrich Engels e pelos Iluminatti e redigiu O Manifesto Comunista, panfleto encomendado pela Liga Comunista para revoltar os trabalhadores e estimular os governos a tomar conta de todas as propriedades. Já o livro Das Kapital foi financiado pelos Rothschild.

Rothschild significa “sinal vermelho” ou “marca vermelha” em alemão. Foi adotado como sobrenome pela família judaica-alemã dos Amschel, que eram fixados em Frankfurt. O fundador dessa “dinastia” foi Mayer Amschel Bauer, filho de Moses Amschel Bauer.

O sobrenome Rothschild foi adotado em referência ao escudo vermelho, que era o logotipo dos negócios da família, um banco fundado por Moses. Esta família de banqueiros formou seu imenso império trabalhando e financiando governos da época. Fomentou guerras e revoluções de ambos, ou de todos os lados. Hoje, ainda são financistas internacionais e detêm muito poder.

Henry Palmerston era inglês, Grão-Mestre da Irmandade Britânica e líder da Franco-maçonaria inglesa. Recebeu a missão secreta de fazer a Áustria e a Rússia se tornarem inimigas. As fontes dizem que foi esse plano de Palmerston, para enfraquecer a Áustria, que originou a Guerra da Criméia, quando a Inglaterra foi financiada pelos Rothschild em 80 milhões de dólares.

Clinton Roosevelt (1804-1898) foi um político, advogado e inventor norte-americano oriundo de uma família holandesa-alemã. Escreveu a obra “The Science of Government Founded on Natural Laws” que, supostamente, teve o objetivo de destruir a Constituição dos EUA e comunicar o país conforme a cartilha de Adam Weishaupt. Ele mesmo chamou o seu plano de New Deal, o mesmo nome adotado pelo descendente da mesma família na década de 1930 – o presidente Franklin Delano Roosevelt.

Giuseppe Garibaldi (1807-1882) era um marinheiro italiano registrado como francês. Conheceu Mazzini e Saint-Simon, adotou a ideologia socialista Carbonária (da Carbona) e entrou para a “Jovem Itália”.

Condenado à morte depois da fracassada insurreição genovesa fugiu para o Brasil onde permaneceu de 1835 até 1848 lutando pela Revolução Farroupilha no Uruguai. Depois disto retornou para a Itália, onde teve importante participação na unificação italiana em 1870. No Brasil e no Prata criou a facção dos camisas-vermelhas para lutar contra Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas. Levou para a Itália esta ideia e lá criou o Grupo dos Mil Camisas-Vermelhas (cammisi-russi).

Otto von Bismarck (1815-1898) era um junker maçom templário alemão e foi Primeiro-Ministro da Alemanha, quando conseguiu a unidade alemã em 1870, inclusive “subjugando” os estados alemães do sul. Lutou contra o poder da Igreja e foi conservador, aristocrata, monarquista e nacionalista. Demitido pelo Kaiser, continuou trabalhando em silêncio até 1898 quando morreu.

Outros nomes importantes neste processo histórico foram Albert Pike, Charles Darwin, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), Benjamin Disraeli, Thomas Jefferson, Cecil Rhodes, Gavrilo Princip, entre outros, que continuaram presentes através de suas ideias, mesmo depois de mortos.

Fonte: HAGGER, Nicholas. A História Secreta do Ocidente. São Paulo: Cultrix, 2001.

LRCA Defense Consulting





Recentemente, conforme a mídia indiana tem publicado com destaque, a francesa Dassault Aviation rejeitou firmemente o pedido da Índia de acesso aos códigos-fonte dos 62 caças Rafale que adquiriu, como será mostrado na reportagem reproduzida no final desta matéria. A Índia busca esses códigos - que controlam sistemas críticos como o radar AESA (Thales RBE2) e o computador de missão modular (MMC) - para integrar armas e sistemas aviônicos desenvolvidos localmente, como o míssil Astra e o Rudram, e alcançar maior autonomia operacional sob a iniciativa "Atmanirbhar Bharat" (Índia Autosuficiente).

Com base nesse fato e em diversas outras considerações, esta Consultoria acredita que a decisão brasileira de escolher o caça sueco Saab JAS 39 Gripen E/F no âmbito do programa F-X2 (iniciado em 2008 e concluído com a assinatura do contrato em 2014) foi um grande acerto estratégico, especialmente quando analisada sob a perspectiva do acesso aos códigos-fonte e da transferência de tecnologia (ToT), haja vista que reflete uma combinação de fatores técnicos, econômicos, políticos e estratégicos que posicionam o Brasil de maneira vantajosa no cenário aeroespacial e de defesa.

A seguir, são abordados os principais pontos que sustentam essa afirmação, com base nas informações disponíveis e em uma análise crítica.

Acesso aos códigos-fonte: autonomia e flexibilidade tecnológica e operacional

Um dos pilares centrais da escolha do Gripen foi o compromisso da Saab em oferecer acesso irrestrito aos códigos-fonte do caça, algo que os concorrentes (Boeing F/A-18 Super Hornet e Dassault Rafale) não conseguiram igualar de forma tão abrangente. O acesso aos códigos-fonte permite à Força Aérea Brasileira (FAB) e à indústria nacional, como a Embraer, realizar atualizações, integrações de novos sistemas e armamentos, além de manutenções de forma autônoma. Isso é crucial para:

- **Independência operacional:** o Brasil pode integrar armamentos e sensores de origem diversa, bem como modificar o software dos sistemas de missão, radares e armamentos sem necessidade de autorização estrangeira, adaptando o Gripen às suas necessidades específicas, como o sistema de comunicação Link BR2, desenvolvido localmente. Essa flexibilidade reduz a dependência de fornecedores estrangeiros, um fator estratégico em um cenário geopolítico onde sanções ou restrições de exportação podem limitar o acesso a tecnologias sensíveis.

- **Maior segurança cibernética e operacional:** o Gripen permite ao operador instalar sistemas de criptografia nacionais, o que impede a interceptação ou espionagem por países terceiros. Outros caças frequentemente impõem a adoção de sistemas proprietários e controlados externamente.

O Gripen também não depende de redes externas que centralizam dados de manutenção e operação (como o sistema ALIS/ODIN dos EUA), evitando riscos de bloqueio remoto ou coleta de dados sensíveis por terceiros.

- **Sustentabilidade a longo prazo:** com uma arquitetura de software aberta, o Gripen pode ser atualizado ao longo de sua vida útil (estimada em 40 anos), incorporando tecnologias emergentes, como capacidades furtivas ou integração com drones, sem a necessidade de aprovações externas.

- **Segurança nacional:** o controle sobre os códigos-fonte minimiza riscos de vulnerabilidades ou interferências externas, especialmente em um contexto de tensões geopolíticas, como as mencionadas em postagens recentes que alertam para possíveis pressões dos EUA devido à aproximação do Brasil com países como Rússia e China.

Esse nível de controle é raro em contratos internacionais de defesa e representa um salto qualitativo para a Força Aérea Brasileira (FAB) em termos de soberania militar.

-Transferência de Tecnologia: um salto para a indústria nacional

O programa de ToT associado ao Gripen é descrito como o maior da história da Suécia e o mais extenso em curso no Brasil. Ele envolve mais de 600 mil horas de treinamento e 62 projetos, abrangendo áreas como sistemas de comunicação, integração de armamentos, ensaios em voo, aviônicos, aerodinâmica e produção de componentes estruturais. Os principais benefícios incluem:

- **Capacitação da indústria brasileira:** cerca de 350 profissionais brasileiros, incluindo engenheiros e técnicos, foram treinados na Suécia, participando de atividades práticas (*on-the-job training*) em Linköping. Esses profissionais retornam ao Brasil para multiplicar o conhecimento, fortalecendo empresas como Embraer, AEL Sistemas, Akaer, Kryptus e Atech, além do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA/FAB), resultando na participação direta da indústria nacional no desenvolvimento, montagem e produção de partes significativas das aeronaves, assim como no estabelecimento de um centro de desenvolvimento em Gavião Peixoto (SP), permitindo a capacitação de engenheiros e técnicos brasileiros.

- **Integração na cadeia global de suprimentos:** empresas brasileiras, como a AEL Sistemas, tornaram-se fornecedoras globais da Saab, produzindo displays avançados (WAD, HUD e HMD) para todos os Gripen E/F, o que posiciona o Brasil como um potencial centro de exportação de componentes de alta tecnologia.

- **Desenvolvimento local:** a linha de produção do Gripen E em Gavião Peixoto (SP), inaugurada em 2023, é a única fora da Suécia. Das 36 aeronaves contratadas, 15 estão sendo produzidas no Brasil, com a primeira já em fase de montagem final. Isso consolida o Brasil como um polo de desenvolvimento, produção e testes, com o Centro de Ensaios em Voo (GFTC) e o Centro de Projetos (GDDN).

- **Inovações exclusivas:** o desenvolvimento do Gripen F (biposto), liderado por engenheiros brasileiros, é um exemplo de como a ToT vai além da simples absorção de conhecimento, permitindo ao Brasil contribuir ativamente com inovações, como a integração de uma segunda estação de pilotagem e o sistema Link BR2.

- Custo-benefício e sustentabilidade econômica

O Gripen foi a opção mais econômica entre os concorrentes do F-X2, tanto em termos de aquisição quanto de custos operacionais. O contrato de 2014, avaliado em cerca de R\$ 21 bilhões (atualizado), inclui 36 aeronaves, treinamento, suporte logístico e ToT. Comparado ao Rafale e ao F/A-18, o Gripen oferece:

- **Menor custo operacional:** por ser um caça leve, com um único motor (General Electric F414-GE-39E), consome até 30% menos combustível e exige manutenção mais barata.

- **Flexibilidade operacional:** o Gripen pode operar em pistas curtas (600 metros) e até em estradas, o que o torna ideal para as necessidades da FAB.

- **Escalabilidade:** a adição de quatro aeronaves ao contrato original (totalizando 40) e a possibilidade de um segundo lote de 26 caças indicam a viabilidade de expandir a frota sem comprometer o orçamento, embora desafios fiscais possam atrasar entregas até a década de 2030.

- **Tecnologias de ponta:** Apesar de ser uma aeronave monomotor, ela incorpora tecnologias de ponta como:

- Radar AESA;
- Sistemas avançados de guerra eletrônica;
- Data links seguros e sensor fusion.

Além disso, sua **natureza modular** facilita futuras atualizações e adaptações a necessidades específicas do Brasil.



- **Capacitação e geração de empregos**

O projeto contribui diretamente para o desenvolvimento do complexo industrial de defesa nacional, com:

- Geração de milhares de empregos qualificados;
- Capacitação técnica e tecnológica da mão de obra brasileira;
- Estímulo à inovação e à pesquisa em áreas estratégicas.

- **Contexto geopolítico e estratégico**

A escolha do Gripen reflete uma decisão geopolítica astuta. A Suécia, como então nação neutra, oferecia menor risco de imposição de restrições políticas ou embargos, ao contrário dos EUA, cuja relação com o Brasil foi abalada pelo escândalo de espionagem da NSA em 2013. Mesmo com sua adesão plena à OTAN em março de 2024, o país ainda oferece poucos riscos de adotar políticas restritivas. Além disso:

- **Parceria estratégica Brasil-Suécia:** a colaboração vai além dos caças, envolvendo negociações para a venda do Embraer KC-390 à Suécia, bem como do Gripen a países latino-americanos, o que fortalece laços bilaterais e abre mercado para a indústria brasileira.

- **Posicionamento regional:** o Gripen E/F é o caça mais avançado da América Latina, superando em tecnologia os concorrentes regionais. Isso reforça a liderança do Brasil na região, com potencial para exportar caças Gripen para outros países da América Latina, como foi o recente caso de sua escolha pela Colômbia.

- **Resiliência a pressões externas:** apesar de especulações sobre possíveis interferências dos EUA (como a investigação do Departamento de Justiça em 2024), a ToT e o acesso aos códigos-fonte garantem que o Brasil mantenha controle sobre o programa, reduzindo vulnerabilidades a pressões externas.

- **Desafios e Críticas**

Apesar dos méritos, a decisão enfrenta críticas e desafios:

- **Atrasos no cronograma:** limitações orçamentárias brasileiras podem adiar a entrega completa das aeronaves para a década de 2030, o que pode impactar a prontidão operacional da FAB.

- **Escalabilidade limitada:** críticos apontam que a ToT pode ter utilidade reduzida se o Gripen não conquistar mercado na América Latina, limitando o retorno econômico do investimento. No entanto, o primeiro passo já foi dado, com a Colômbia selecionando a aeronave.

- **Riscos geopolíticos:** a aproximação do Brasil com Rússia e China pode levar a tensões com os EUA, potencialmente afetando componentes americanos do Gripen (como o motor GE F414). No entanto, o acesso aos códigos-fonte e a ToT mitiga esses riscos, garantindo maior autonomia.

- **Embraer: a grande empresa beneficiada**

A Embraer é a grande beneficiada pela escolha do caça Saab Gripen pelo Brasil devido aos seguintes fatores:

- **Transferência de tecnologia:** o contrato com a Saab incluiu um amplo programa de transferência de tecnologia, permitindo à Embraer adquirir ou incrementar conhecimentos avançados em engenharia, sistemas aeronáuticos (como avionica, integração de sistemas e testes de voo) e sistemas de combate ligados à fabricação de aeronaves supersônicas, setores nos quais ela não atuava diretamente. Além disso, a Embraer se tornou responsável por partes significativas da produção, montagem e desenvolvimento de versões específicas do Gripen, inclusive para exportação. Isso fortalece sua capacidade tecnológica, amplia seu portfólio militar e abre portas para novos mercados e contratos internacionais.

- **Produção local:** a Embraer coordena a produção de 15 dos 36 caças Gripen E/F em sua fábrica em Gavião Peixoto (SP), consolidando sua posição como um polo industrial de defesa e gerando empregos qualificados.

- **Parceria estratégica:** a colaboração com a Saab posiciona a Embraer como parceira estratégica em um projeto global, aumentando sua relevância no mercado internacional de defesa e abrindo oportunidades para exportações, como, por exemplo, para a Colômbia e, possivelmente, para o Peru.

- **Fortalecimento do KC-390:** a parceria inclui suporte da Saab para promover o cargueiro KC-390 da Embraer no mercado internacional, como na Suécia, ampliando seu alcance comercial.

- **Infraestrutura e capacitação:** a Embraer ganhou infraestrutura avançada, como o Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen (GDDN) e o Centro de Ensaio em Voo (GFTC), além de treinamento para mais de 350 profissionais, elevando sua *expertise*.

- **Hub conjunto C-390 / Gripen para produção em outros países:** a experiência da Embraer em transferência de tecnologia (como no programa Gripen no Brasil) poderá ser replicada em outros países, desde que a escala do mercado justifique investimentos como, por exemplo, na Índia, onde a Embraer propôs um *hub* regional para montagem e exportação do C-390, caso o país selecione a aeronave para seu programa de Aeronaves de Transporte Médio (MTA), que prevê a aquisição de 40 a 80 unidades.

A Índia é o mercado mais promissor para esse cenário, devido à demanda por caças (MMRCA 2.0 - 114 caças) e à política de produção local. Caso vença a concorrência com o seu C-390, a Embraer e a Saab podem propor uma linha de montagem conjunta, aproveitando o *hub* a ser estabelecido para esta aeronave.

No entanto, além da Índia, há outros países para onde, atualmente, a Embraer pretende se expandir e, talvez, estabelecer um *hub* de montagem ou fabricação do C-390, como Arábia Saudita, Polônia e Marrocos, caso também receba encomendas de porte que justifiquem o investimento, ficando a questão de uma produção conjunta do Gripen como uma possibilidade em aberto.

Caso Portugal desista formalmente do F-35 e venha a optar pelo Gripen, como defendem alguns setores da Força Aérea Portuguesa, as instalações da Embraer/OGMA nesse país estão em condições de, em prazo relativamente curto, serem adaptadas para colaborar na fabricação ou montagem da aeronave.

- Um acerto estratégico para o Brasil e para sua base industrial de defesa

Num cenário geopolítico marcado por incertezas e por restrições impostas por países fornecedores de armamentos (como, por exemplo, no atual impasse entre Índia e França em relação ao caça Rafale, descrito na matéria a seguir), a decisão brasileira de escolher o Saab Gripen se mostra prudente, visionária e soberana.

Assim, é forçoso concluir que a escolha do Gripen foi um acerto estratégico para o Brasil, equilibrando custo, desempenho e autonomia. O acesso aos códigos-fonte assegura independência operacional e flexibilidade para integrar sistemas nacionais, enquanto o extenso programa de ToT fortalece a Base Industrial de Defesa, posicionando o Brasil como um player relevante no mercado aeroespacial global. Ela não apenas atende às necessidades operacionais da FAB, mas também promove um desenvolvimento autônomo e sustentável da capacidade aeroespacial e de defesa do Brasil — um passo fundamental para qualquer nação que almeje protagonismo estratégico no século XXI.

Por fim, a parceria com a Saab - e, por extensão, com a Suécia - aliada à produção local e à maior capacitação da Embraer como um *player* global em defesa, gera ganhos tecnológicos, industriais e comerciais para todo o ecossistema industrial brasileiro envolvido, direta ou indiretamente, no desenvolvimento e na produção do Gripen, que inclui empresas como Atech, Akaer, Kryptus e AEL Sistemas, além de diversas outras, criando um legado duradouro que transcende a aquisição de 36 (ou potencialmente 40) caças. Apesar de desafios orçamentários e geopolíticos, a decisão reforça a soberania tecnológica e a capacidade de defesa do Brasil, alinhando-se à Estratégia Nacional de Defesa.

===XXX===

Divisão Profunda sobre caças Rafale: Índia solicita acesso, França

A Dassault Aviation rejeitou firmemente o pedido da Índia de acesso aos códigos-fonte dos caças Rafale. A empresa de defesa francesa citou a importância estratégica e a sensibilidade dos códigos à segurança como motivos para mantê-los confidenciais.

Tensões crescentes sobre o acesso ao código-fonte

Em 2016, a Índia assinou um acordo de € 7,8 bilhões com a França para 36 caças Rafale, todos entregues e implantados nas bases aéreas de Ambala e Hasimara. No entanto, os códigos de sistema necessários para integrar os sistemas de armas de fabricação indiana aos jatos Rafale não foram compartilhados pela França.

França: esta é uma informação estratégica

As empresas de defesa francesas Dassault Aviation e Thales enfatizaram que os códigos-fonte são o resultado de décadas de P&D. Elas argumentaram que o compartilhamento dessas informações poderia levar a:

- Disseminação de segredos tecnológicos,
- Comprometimento da integridade do sistema,
- Surgimento de vulnerabilidades de segurança e
- Complicações no fornecimento de suporte técnico.

Grécia também opera Rafales

A controvérsia não se limita à Índia. A Grécia, que mantém tensões periódicas com a Turquia, também adicionou recentemente jatos Rafale à sua frota. A falta de acesso aos códigos-fonte significa que os usuários do Rafale podem não conseguir personalizar totalmente a aeronave ou integrá-la efetivamente aos sistemas domésticos.



Novo acordo e expectativas da Índia

Em abril de 2025, a Índia assinou um novo acordo de € 6,9 bilhões para a versão naval do Rafale, o Rafale-M. A previsão é que os 26 jatos sejam entregues à Marinha Indiana entre 2028 e 2030, com implantação prevista nos porta-aviões INS Vikrant e INS Vikramaditya.

A Índia pretende integrar armas nacionais, como o míssil Astra Mk1 e a SAAW (Arma Antiaérea Inteligente), à plataforma Rafale. No entanto, a França está fornecendo apenas suporte técnico limitado e controlado para essas integrações. O desenvolvimento está sendo realizado por meio de kits de desenvolvimento de software fornecidos pela Dassault e com equipes de engenharia conjuntas.

===XXX===

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano, Presidente da AHIMTB/RS
(lecaminha@gmail.com);

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhisto ria.com.br;

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;

Site do Núcleo Militar de Gramado/Rainha do Mar: www.nuclev.com;

Blog da Delegacia da FA HIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historiapatriota.blogspot.com>